



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
OITAVA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	10650.000360/92-10
<b>Recurso nº</b>	104.458 Voluntário
<b>Materia</b>	IRPJ - Ex(s): 1988 e 1989
<b>Acórdão nº</b>	108-09.222
<b>Sessão de</b>	28 de fevereiro de 2007
<b>Recorrente</b>	SEMENTES FUZARO LTDA.
<b>Recorrida</b>	DRF-UBERABA/MG

---

**IRPJ. ATIVIDADE RURAL DESCARACTERIZAÇÃO -**  
Apurada a efetiva atividade da empresa como mercantil, inaplicável o direito ao benefício afeto ao produtor, com alíquota favorecida de 6%, a qual aplica-se exclusivamente, aos resultados decorrentes de atividades próprias da exploração agrícola e pastoril.

**OMISSÃO DE RECEITA. PROVA -** A presunção legal do art.181 do RIR/80 pode ser afastada, logrando o sujeito passivo comprovar por documentação idônea e hábil a origem dos recursos supridos pelos sócios da empresa.

**TRD. IRRETROATIVIDADE DA LEI -** Indevida a cobrança da TRD no período de 04/02/91 a 29/07/91, devendo ser excluída da exigência fiscal, tendo em vista o art. 30 da Lei nº 8.218/91 e a IN SRF nº32/97.

Recurso Voluntário Parcialmente Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SEMENTES FUZARO LTDA.

**ACORDAM os Membros da OITAVA CÂMARA do PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir da tributação o item de suprimento de caixa e excluir a aplicação da TRD do período de fevereiro a julho de 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.**

*Marcos J.*  
DORIVAL PADOVAN  
Presidente

*Margil Nunes*  
MARGIL MOURÃO GIL NUNES

Relator

FORMALIZADO EM: 30 MAR 2007

Participaram ainda do presente julgamento, os Conselheiros: Nelson Lósso Filho, Karem Jureidini Dias, Ivete Malaquias Pessoa Monteiro, Orlando José Gonçalves Bueno e José Carlos Teixeira da Fonseca. Ausente momentaneamente o Conselheiro José Henrique Longo.

## Relatório

A empresa SEMENTES FUZARO LTDA., recorre a este Conselho contra a DECISÃO N.º 655, exarada pela Delegada da Receita Federal em Uberaba/MG em 21 de agosto de 1992, doc.fl.87/90, onde a Autoridade Julgadora "a quo" considerou procedente a exigência tributária, expressando seu entendimento por meio das seguintes ementas:

**"IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA. PESSOA JURÍDICA. RESULTADOS DE ATIVIDADES RURAIS.**

*O regime tributário com alíquota favorecida de 6% aplica-se, exclusivamente, aos resultados decorrentes de atividades próprias da exploração agrícola e pastoril, conforme definida no art. 1º do Decreto-lei nº. 902/69.*

**RECEITAS OPERACIONAIS. SUPRIMENTO DE CAIXA.**

*Os suprimentos de caixa efetuados pelos sócios, desde que restem incomprovados a origem e o efetivo ingresso de recursos no patrimônio da pessoa jurídica, geram a presunção de omissão de receitas que cabe à empresa afastar."*

O Auto de Infração de IRPJ foi lavrado em 28 de abril de 1992, com ciência do contribuinte em 29 de abril de 1992 (doc.fl.21/29), tendo o fisco descrito os seguintes fatos tributáveis: Omissão de Receita por suprimento de numerário pelos sócios não comprovados e Redução Indevida do Imposto de Renda por utilizar a alíquota de 6% (como atividade agropastoril) quando correto seria a alíquota de 30% (da atividade compra e venda).

Irresignada, a empresa apresentou impugnação em 15/06/1992 (doc.fl.33/81), requerendo a improcedência do feito fiscal, alegando que a autoridade fiscal utilizou a alíquota do imposto de renda sobre o lucro líquido do exercício de 1988 de 30% e de 1989 de 35%, por entender que a empresa exerce a atividade de compra e venda de sementes e não a exploração agropastoril, quando devida a alíquota de 6%, a qual foi utilizada pela autuada.

A impugnante pleiteou em 29/05/1992 a dilação de 15 dias para apresentação de sua defesa (doc.fl.30), com manifestação da autoridade administrativa em 02/06/1992 (doc.fl.32).

A autuada reafirma ser sua atividade no ramo de agropecuária, sendo uma produtora de sementes, tendo o direito ao benefício de alíquota de 6%, nos termos do art. 406 c/c o art.278 do RIR/80. Como prova de suas alegações, anexa contratos e notas fiscais (doc. de fls.45/67), argüindo ser uma "*empresa que trabalha com diversos produtores cooperados à mesma, os quais plantam, cultivam e colhem seus produtos para beneficiarem na autuada. Surgindo desta a produção de sementes.*(fls.35).

Que se encontra regularmente inscrita do Ministério da Agricultura como Produtor de Sementes e/ou mudas sob o nº. 3.507, e com um técnico responsável, Engenheiro agrônomo cadastrado no referido órgão.

Insurge-se, contra a tributação por omissão de receitas apurada pela autoridade fiscal, alegando que houve apenas um erro contábil, ou seja, "*o empréstimo na verdade se efetivou em 26.08.88, conforme se prova pelos documentos em anexo. Empréstimo este, que serviu para efetivar o pagamento do Contrato de financiamento de nº. 8800562-3 do Banco do*

J. U.

*Brasil S.A.*" (fls.36). Anexando a escritura de compra e venda que comprova a origem do empréstimo, cópias dos cheques recebidos, e aviso de liquidação do contrato de financiamento (doc.fl.70/81).

A autoridade fiscal considerou apenas, a data do lançamento contábil de 11/08/88, quando ocorreu o erro contábil de data.

Questiona a aplicação dos juros de mora calculados com base n TRD, por serem estas taxas remuneratórias de capital, não tendo característica de atualização monetária, não podendo ser aplicada às obrigações tributárias.

E se assim não bastasse, alega que a referida Lei nº. 8.218/91(TRD), foi aplicada a partir de 04 de fevereiro de 1991, sendo que a mesma só entrou em vigor no dia 30/08/91, não podendo desta forma retroagir, para prejudicar o direito adquirido da autuada.

Requer a não aplicação da TRD entre o período de 04.02.91 a 30.08.91

A Delegada da Receita Federal em Uberaba proferiu a Decisão nº. 655/92 (doc.de fls.87/90) entendendo como correto o procedimento fiscal, em todos os seus termos.

Cientificada da decisão monocrática em 19/10/92 por via postal, (doc. de fls. 92) impetrou Mandado de Segurança contra o ato do Senhor Delegado da Receita Federal em Uberaba, por ter sido vedado a seu advogado constituído, o direito de retirada do processo administrativo daquela Secretaria, por entender seu direito de defesa ameaçado (doc. de fls.93/105). Foi-lhe deferida a liminar. Prosseguindo o Mandado de Segurança para julgamento do mérito.

O contribuinte, por seu procurador, retirou o processo para vista em 17/11/92 (doc.fl.99), devolvendo-o em 01/12/92 (doc.fl.100).

A autoridade administrativa preparadora do processo declarou a perempção do recurso em 01/12/92, por não confirmada a sentença judicial.

Em seu Recurso Voluntário de 01/12/92 (doc.de fls.107/112), a ora recorrente, repisa os mesmos argumentos da peça exordial, ressaltando a tempestividade do recurso, nos termos do Mandado de Segurança impetrado.

O 1º CC proferiu a Resolução nº. 108-00.028, em 10/08/93, ao final decidindo:

*"Isto posto, voto no sentido de providenciar o retorno dos autos à instância inferior, para que após a decisão final no Mandado de Segurança impetrado, retorne o processo a este Conselho para relatório e julgamento".* (fls.115).

O Mandado de Segurança transitou em julgado em 19/08/2002, conforme doc.de fls.142 v, com decisão favorável à impetrante.

A SACAT/DRF de Uberaba, em 18/10/2006 encaminhou o presente processo para prosseguimento (fls.144).

É o Relatório.

*H. L.C.*

## Voto

Conselheiro MARGIL MOURÃO GIL NUNES, Relator

Preliminarmente, conheço do recurso voluntário interposto em 01/12/92 (doc.fl.107/112), por deferido em sentença a dilação do prazo por 15 dias, a partir do vencimento oficial (doc. de fls.124), ou seja, a ciência ao contribuinte da decisão “a quo” deu-se em 19/10/92 (doc.fl.92) encerrando-se, portanto, em 03/12/92.

Quanto ao arrolamento de bens, nos termos do art. 33 do Dec. nº. 70.235/72 a sua exigência só passou a correr a partir da Lei nº. 10.522, de 19/07/2002, que deu nova redação ao art. 33 do referido Decreto.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, dele tomo conhecimento.

Quanto ao mérito, entendo escorreita a aplicação das alíquotas de 30% para o ano base de 1987 e 35% para o ano base de 1988, incidentes sobre o lucro, nos termos da legislação, à época, ou seja, o RIR/80 – Decreto nº. 85.450/80 e Decreto-Lei nº. 1.704/79.

Os contratos e notas fiscais acostadas aos autos pelo próprio contribuinte (doc. de fls.46/67), só corroboram o correto procedimento fiscal, quanto à descaracterização das atividades do contribuinte como produtor e restando comprovada a atividade mercantil de compra e venda.

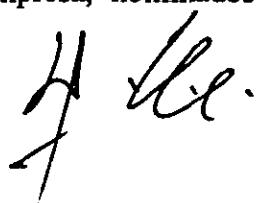
O fundamento legal em que se apóia a ora recorrente em nada lhe suporta, ao contrário, ratifica a determinação da real atividade da empresa, a mercantil. Posto que, nos termos do art. 8º letra o do Dec. nº. 81.771/78, que regulamentou a Lei nº. 6.507/77, produtor é: “*in verbis*”:

*“...toda pessoa física ou jurídica que produz sementes ou mudas com finalidade específica de semeadura ou plantio , assistida por um responsável técnico.”*

E, quanto ao registro da empresa no Ministério da Agricultura, como produtor, o é por exigência legal e previsão da atividade em seus atos constitutivos, não lhe atribuindo o caráter, por inerente, de produtor rural.

Para a matéria tributável omissão de receita, por suprimento de numerário não comprovado, discordo do i. auditor fiscal, por restar comprovada documentalmente, a transação de compra e venda de um imóvel, com recebimento da quantia devidamente contabilizada pela empresa, apenas com divergência quanto ao dia ao meu ver justificada.

O valor total de CZ\$ 50.000.000,00 apurado pela autoridade fiscal, a partir do lançamento contábil, corresponde ao valor total da transação imobiliária documentada conforme respectiva cópia da escritura lavrada (doc. de fls.75/81) e cópias dos respectivos cheques emitidos. Sendo os outorgantes vendedores os sócios da empresa, nominados e qualificados, nos respectivos documentos.



A legislação exige prova hábil e idônea quanto a origem dos recursos, e entendo que esta existe e está devidamente comprovada.

Quanto à aplicação da TRD, como juros de mora incidentes sobre débitos de quaisquer naturezas para com a Fazenda Nacional, entendo que deverá ser excluída a sua aplicabilidade no período compreendido entre 04/02/1991 a 29/07/1991, por já ser pacífico o entendimento quanto à sua inaplicabilidade neste período em consonância com a reiterada jurisprudência deste Colegiado, nos termos do art.30 da Lei nº. 8.218 de 29/08/91 e da IN SRF nº. 32/97.

Ante o exposto, dou provimento parcial ao presente recurso, para excluir da tributação o suprimento de caixa no valor total de CZ\$50.000.000,00, apurado pela autoridade fiscal sob a premissa de omissão de receita, e excluir a parcela dos juros pela cobrança da Taxa Referencial Diária - TRD, no período de 04/02/1991 a 29/07/1991, pelos fundamentos legais acima expostos.

É o voto.

Sala das Sessões - DF, em 28 de fevereiro de 2007.

  
MARGIL MOURÃO GIL NUNES